



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 8728/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/10666/2019
PROTOCOLO	: 1998624
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO/MS
INTERESSADO (A)	: VALDOMIRO BRISCHILIARI (PREFEITO)
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO 223/19
RELATOR	: Cons. RONALDO CHADID

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO PRESENCIAL. FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO. PRESENÇA DAS CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULAR PROCESSAMENTO DA DESPESA. TEMPERATURA NA REMESSA. REGULARIDADE

Em exame a formalização e execução do *Contrato nº 223/19* celebrado entre o *Município de Mundo Novo/MS* e a empresa *M. A. Amorim Distribuidora de Carnes*, no valor de R\$ 179.204,44 (cento e setenta e nove mil duzentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos), com a finalidade de adquirir gêneros alimentícios para a composição da merenda escolar.

O processo licitatório – *Pregão Presencial nº 59/2019* –, foi julgado regular por esta Corte, por meio do Acórdão 02.435/2021, em sede do TC 10595/2019.

Com os documentos pertinentes à formalização do contrato e à execução financeira, os autos seguiram para o núcleo técnico, oportunidade em que a equipe da Divisão de Fiscalização de Educação concluiu que ambos atenderam aos regramentos legais internos e externos desta Corte (ANA 3729/2021 de f. 202).

O Ministério Público de Contas, por sua vez, manifestou-se pela regularidade da formalização do contrato e da execução financeira, nos termos do Parecer 7329/2021 de f. 211.

É o relatório. Passo às razões da decisão.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

Antes de entrar no mérito, entretanto, cumpre esclarecer que em observância ao artigo 11, inciso II do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98/2018 e considerando o valor global contratado e o valor da UFERMS na data da assinatura de seu termo passo a decidir monocraticamente, amparado pela competência atribuída ao juízo singular do Conselheiro Relator nos termos do Regimento Interno.

A contratação em tela teve por finalidade a aquisição de gêneros alimentícios para a composição das merendas das escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Novo Horizonte do Sul, tendo sido o processo licitatório julgado regular por esta Corte, conforme consta no relatório.

O que se examina nesta oportunidade é a formalização do *Contrato nº 223/2019* e sua execução financeira, sendo que para ambos verifico estarem presentes nos autos a documentação necessária para a correta instrução processual.

O contrato em questão foi elaborado em observância aos regramentos legais, em especial contendo as cláusulas obrigatórias descritas no artigo 55 da Lei de Licitações (8.666/93) e, como faz prova o documento de f. 15, seu extrato foi publicado, obedecendo ao comando do parágrafo único do artigo 61 do mesmo diploma.

Encontra-se acostado também a Nota de Empenho (f. 17) emitida em favor da empresa vencedora do certame – *M.A. Amorim Distribuidora de Carnes* -, bem como a nomeação do fiscal do contrato (f. 23).

Com o ofício de f. 43 vieram os documentos pertinentes à execução financeira, sendo que da apreciação dos mesmos verifico que o processamento da despesa ocorreu da seguinte forma:

EXECUÇÃO FINANCEIRA		
VALOR INICIAL DO CONTRATO	-	R\$ 179.204,44
VALOR EMPENHADO	-	R\$ 179.204,44
ANULAÇÃO DE EMPENHO	-	R\$ 103.857,06
TOTAL EMPENHADO	-	R\$ 75.347,38
TOTAL LIQUIDADO	-	R\$ 75.347,38
PAGAMENTO EFETUADO	-	R\$ 75.347,38



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

Demonstrado está que as etapas de processamento da despesa foram respeitadas, estando o valor empenhado, igualmente liquidado e pago, conforme as regras da Lei Federal nº 4.320/64, notadamente o conteúdo dos artigos 62 e seguintes.

Registro, por fim, que a remessa dos documentos a este Tribunal se deu de forma tempestiva, conforme orienta a Resolução TCE/MS nº 98/18 e a Resolução nº 88/18 e que à f. 198 está o Termo de Encerramento do Contrato.

Sendo assim, com o respaldo das informações prestadas pelo núcleo técnico, em comunhão com o parecer do Ministério Público de Contas, e com fundamento no art. 120, inciso II e III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas (MS), aprovado pela Resolução nº 98/2018, **DECIDO:**

- Pela **REGULARIDADE** da formalização do *Contrato nº 223/2019*, bem como da sua execução financeira, celebrado entre o *Município de Mundo Novo/MS* e a empresa *M.A. Amorim Distribuidora de Carnes.*, em atendimento aos comandos das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 4.320/64.

É a decisão.

Encaminhe-se à Gerência de Controle Institucional para publicação e demais providências, nos termos previstos no art. 70, da Resolução TCE/MS N. 98/2018.

Campo Grande/MS, 09 de agosto de 2021.

(Assinado digitalmente)
Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator